EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO: COMPARAÇÕES ENTRE OS PERCENTUAIS DESTINADOS PARA EDUCAÇÃO NACIONAL E AS AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA

Francisca Antonia da Costa Oliveira – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)[1]
e-mail:theska41@hotmail.com.
Antonia Costa Andrade – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)[2]
e-mail: antoniaunifap@gmail.com

Introdução

O trabalho tem como finalidade apresentar as assimetrias na execução do orçamento geral da União no período de 2018 a 2024, através de análise e comparações entre os percentuais destinados para a educação nacional, as amortizações da dívida pública e a disputa em torno do Fundo Público. Está estabelecido uma correlação de forças "pelo fato de o fundo público ser o meio pelo qual o Estado capitalista e os governos materializam suas políticas e projetos, é possível apreender o próprio modo de ser do Estado" (BEHRING, 2021, p. 21).

É por meio do Fundo Público que se efetiva o orçamento da União e dos demais entes federados, onde a "vinculação de receitas exerce funções pedagógicas, ao garantir um orçamento mínino para alcance do objetivo da educação nacional". (FINEDUCA, 2023, p. 17). Nesse contexto, o presente estudo se configurou em investigar *quais percentuais do Orçamento Geral da União são destinados para educação e os níveis de amortizações da dívida pública praticadas pelo Estado?* Tendo como propósito analisar o *modus operante* da União na execução orçamentária, bem como, as estratégias utilizadas para drenagem desses recursos para atender o estado capitalista.

O trabalho se desenvolveu a partir dos princípios teóricos metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético (MDH), por entender que através das categorias: contradição, mediação e totalidade, possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico à ordem capitalista. A pesquisa se configurou como documental, por meio de análises

[1] Mestranda em Educação, área de Políticas Educacionais, pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Professora de Ensino Básico Técnico e Tecnológico da Secretaria Estadual de Educação (SEED).
[2] Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP),

realizadas no Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Educação – 5º ciclo (INEP); Painel do Orçamento Federal (Brasil, 2024).

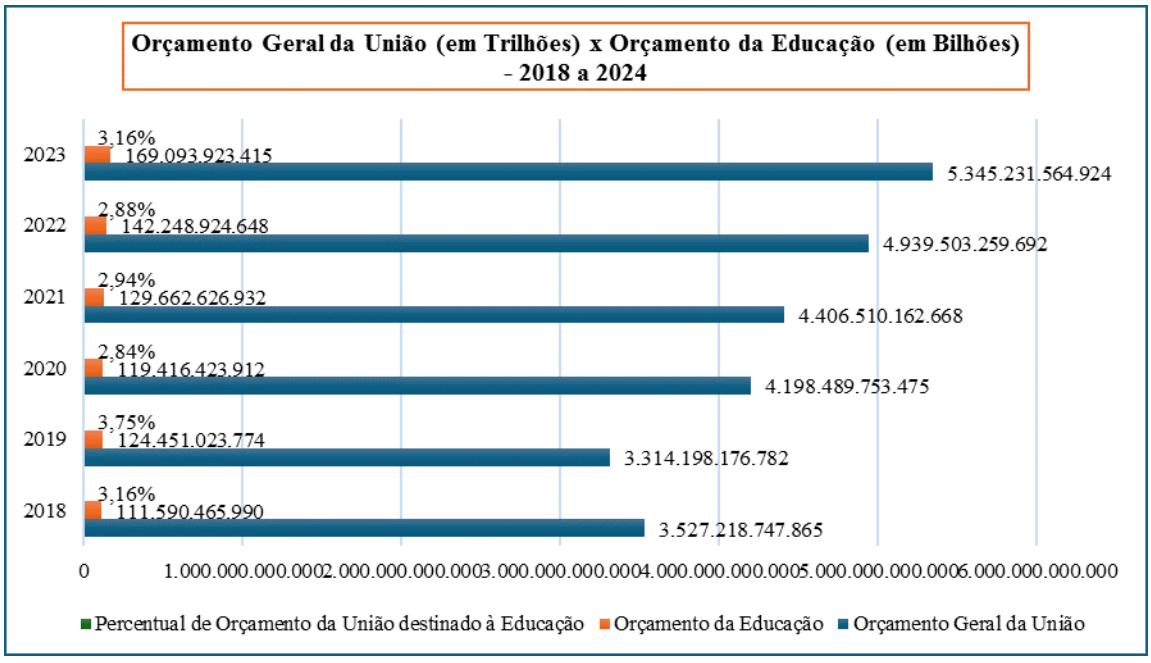
Desenvolvimento

Importante se faz, esclarecer conceitualmente, o significado de orçamento público, que se traduz no processo de planejamento realizado pelo Estado para demonstrar como serão executados os planos e programas de trabalho, por determinado período. O fundo público é composto pelos recursos que o estado extrai da sociedade, na forma de taxas, contribuições, impostos.

Na atual sociedade capitalista, onde existem interesses hegemônicos sobre o orçamento público/fundo público, o financiamento para as políticas sociais é o "mecanismo no qual é alocada parcela significativa do fundo público, ainda que numa condição secundária, e, sobretudo, sob a tensão da supercapitalização" (BEHRING, 2021, p. 47 apud MANDEL, [1972] 1982).

Nesse contexto, realizou-se comparações entre o Orçamento Geral da União e o Orçamento da Educação, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Comparativo do Orçamento Geral da União x Orçamento da Educação



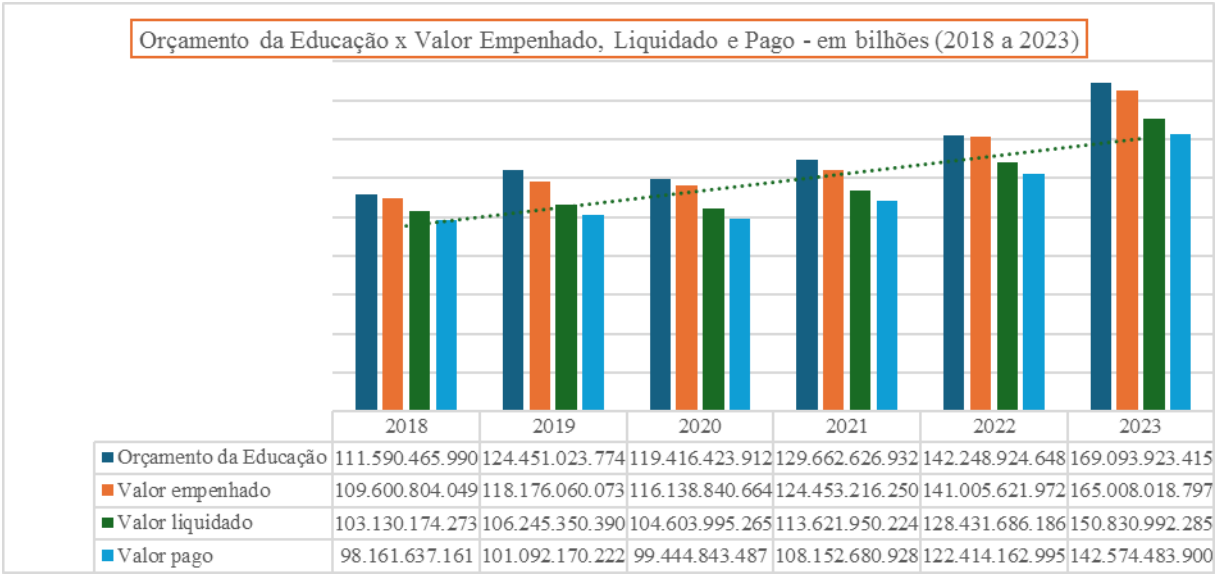
Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do Painel do Orçamento Federal (Brasil, 2024)

Diante dos dados, nota-se que no primeiro ano do governo Bolsonaro (2019), se teve os maiores percentuais de destinação do Orçamento Geral da União para a educação nacional, alcançando o patamar de 3,75% . No entanto, nos anos seguintes (2020, 2021 e 2022), os percentuais de investimentos foram: 2,84%, 2,94% e 2,88% respectivamente, cenário de extrema contradição, pois nesses períodos houve acréscimos no Orçamento Geral da União e redução percentuais da educação.

A política de cortes do governo Bolsonaro foi a que "anulou o Parecer n° 08/2010, que normatizava o CAQi/CAQ, uma vez que este "é um mecanismo que vincula o financiamento com parâmetros de qualidade para a educação básica" (Campanha, 2024, p. 205-206), comprovando assim, um verdadeiro ataque à educação, uma vez que, a falta de financiamento gera retrocessos na implementação de políticas educacionais.

Outro fator que requer atenção, é a diferença entre os valores orçados, liquidados, empenhados e pagos pela União em despesas educacionais, uma vez que, os valores não executados podem ser transferidos para pagamento de outras despesas. Desta forma, analisou-se o Orçamento da Educação (dotação atualizada), no período de 2018 a 2023, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Comparação entre os valores orçados, empenhados, liquidados e pagos



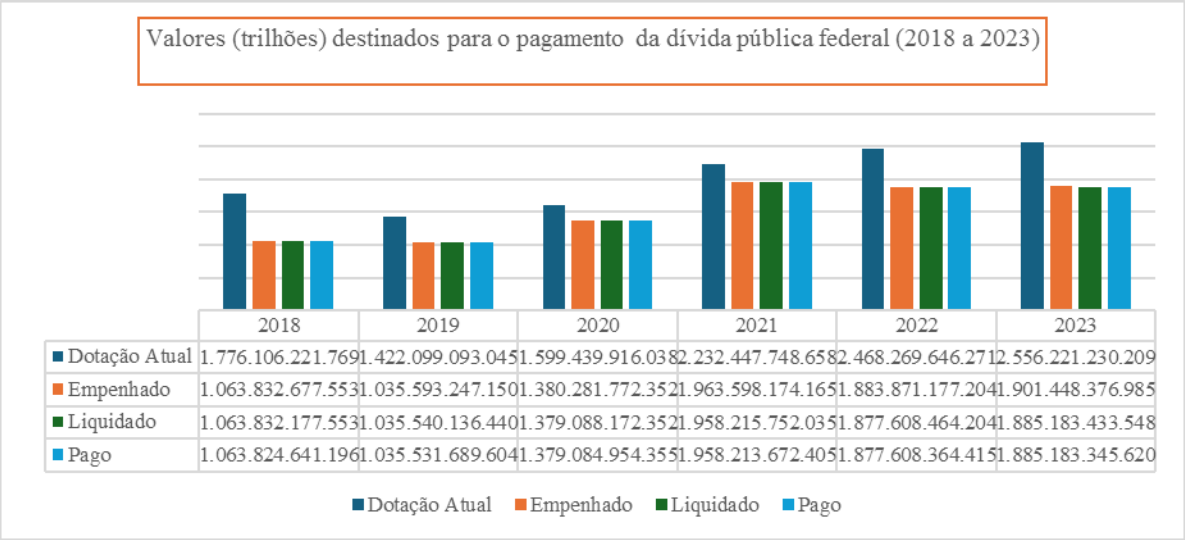
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Orçamento da Educação	111.590.465.990	124.451.023.774	119.416.423.912	129.662.626.932	142.248.924.648	169.093.923.415
Valor empenhado	109.600.804.049	118.176.060.073	116.138.840.664	124.453.216.250	141.005.621.972	165.008.018.797
Valor liquidado	103.130.174.273	106.245.350.390	104.603.995.265	113.621.950.224	128.431.686.186	150.830.992.285
Valor pago	98.161.637.161	101.092.170.222	99.444.843.487	108.152.680.928	122.414.162.995	142.574.483.900

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do Painel do Orçamento Federal (Brasil, 2024)

Percebe-se que nos 06 anos da série, a União destinou de orçamento para a política educacional cerca R$ 796 bilhões, contudo, empenhou R$ 774, liquidou 706 e pagou R$ 671, demonstrando que entre a dotação orçamentária e as despesas liquidadas, a União deixou de investir em educação, cerca de R$ 89 bilhões, uma perda de 11,24 % do previsto.

Assim, a falta de execução da totalidade dos percentuais, permite que os mesmos sejam remanejados para outras despesas. “Nesse caso, esses recursos poderão ser destinados a Amortização da Dívida Pública Federal” (Lindesay; Marcelino, 2022). Nesse sentido, analisou-se os percentuais de amortização da dívida pública federal no período de 2018 a 2023. Tentou-se entender as proximidades entre os valores investidos em educação e os pagos em dívida pública, como forma de compreender as assimetrias existenciais no Orcamento Público da União e a disputa pelo fundo público.

Gráfico 3 – Percentuais de valores pagos em amortização da dívida pública federal no período de 2018 a 2023



	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Dotação Atual	1.776.106.221.769	1.422.099.093.045	1.599.439.916.038	2.232.447.748.658	2.468.269.646.271	2.556.221.230.209
Empenhado	1.063.832.677.553	1.035.593.247.150	1.380.281.772.352	1.963.598.174.165	1.883.871.177.204	1.901.448.376.985
Liquidado	1.063.832.177.553	1.035.540.136.440	1.379.088.172.352	1.958.215.752.035	1.877.608.464.204	1.885.183.433.548
Pago	1.063.824.641.196	1.035.531.689.604	1.379.084.954.355	1.958.213.672.405	1.877.608.364.415	1.885.183.345.620

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do Painel do Orçamento Federal (Brasil, 2024)

Ao exarminarmos os valores pagos em amortização da dívida pública federal, apreendemos que a União pagou mais de 9 trilhões em dívida pública, contudo, os investimentos em educação, não passaram de 796 bilhões. Os dados retratam que o financiamento da política educacional, são realmente secundários, pois se destinam mais recursos do fundo público para amortização da dívida pública do que para financiar a educação.

Behring (2021, p. 158) traz que

> É nessa perspectiva que o problema do endividamento precisa hoje estar no centro das lutas sociais anticapitalistas e das lutas pela materialização de direitos, tendo em vista disputar a alocação do fundo público. Toda luta por direitos e políticas públicas e sociais que os viabilizem precisa se conectar à denúncia do endividamento, ao desvelamento da lógica que inviabiliza os recursos para implementar políticas universais de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, cultura e tantas outras.

A autora, destaca que "é urgente e necessário colocar em pauta a anulação e o não pagamento total ou parcial da dívida pública, dependendo dos resultados de uma auditoria democrática e independente, com participação popular" (Behring, 2021, p. 159). Os dados apresentados revelaram que foi destinado 1.055% a mais para o pagamento da dívida pública, em comparação com aos valores investidos em educação.

Todavia, a partir de 2023 os percentuais do orçamento geral da União destinados para a educação retomaram o crescimento, no entanto, ainda de forma secundária, pois em despesas liquidadas para a política educacional, obteve-se (bilhões) o valor de R$ 150.830.992.285, entretanto, para a amortização da dívida, o percentual foi de R$ 1.885.183.433.548 (trilhões), uma diferença de 1.249,864769%.

Conclusão

Nesta conjectura, se teve um extrato da realidade do financiamento da educação em nível nacional, onde o país apresenta enormes assimetrias nesta área, visto que, gasta mais em amortização da dívida pública do que em financiamento para a política educacional. Não resta dúvida que, "é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente" (Mészáros, 2008, p. 27, grifo do autor).

Referências

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA). O Financiamento do PNE (2024-2034): é chegada a hora de priorizar a Educação no processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil. Curitiba, 2023.

BEHRING, Elaine Rosseti. Fundo Público, Valor e Política Social. São Paulo: Cortez, 2021.

BRASIL. **Painel do Orçamento Federal**. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true?lang=en-

US&opendocqs=%3Fdocument%3DIAS%252FExexucao_orcamentaria.qvw%26host%3DQVS%2540pqlk04%26anonymous%3Dtrue%26sheet%3DSH06. Acesso em: 24 jun. 2024.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balanço do Plano Nacional de Educação**. 10 ANOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE FINAL DA EXECUÇÃO DOS ARTIGOS, METAS E ESTRATÉGIAS DA LEI 13.005/2014. Disponível em: Acesso em: https://campanha.org.br/acervo/. Acesso em:26/10/2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2024.

LINDESAY, Paulo; MARCELINO, Goncalves Marcelo. **Desvios orçamentários da educação e das demais políticas públicas no Brasil e a falácia do gasto excessivo com pessoal**: continuidade e aprofundamento do pagamento do serviço da dívida pública no rentismo financeiro neoliberal do governo Bolsonaro. fev. 2022. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/nucleo/desvios-orcamentarios-da-educacao-e-das-demais-politicas-publicas-no-brasil/. Acesso em: 25 jun. 2024

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.